

BOLETIM AEP

Nº 111 - Abril - Setembro-91

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA
DEPOIS ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA E ATUAL ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ

PROF. JOPERT : UMA VIDA, UM EXEMPLO

Prof. Leizer Lerner
Presidente de Honra da A³P

Tem sobejos motivos a nossa A³P-Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, para comemorar com especial destaque o centenário de nascimento do Prof. Maurício Joppert da Silva.

A figura de Joppert assume a dimensão de paradigma na engenharia e cultura brasileiras deste século, despontando nos anos 20 e estendendo uma presença atuante até os anos 80.

Em seus 94 anos de vida, seguramente por mais de 60 anos o Prof. Joppert exerceu influência marcante nos rumos da nossa engenharia, em particular da Escola de Engenharia da UFRJ (nos tempos da Escola Nacional de Engenharia) e da A³P.

A sólida cultura geral do jovem Maurício Joppert da Silva sedimentou-se no antigo Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, tendo como mestres figuras como Coelho Neto, Euclides da Cunha, José Acioli, Paulo de Frontin, Henrique de Noronha, e outros expoentes, consolidando-se definitivamente com o excelente curso de engenharia civil da Escola Politécnica, que concluiu em 1915. Mas, ainda aluno, em 1914, já defendia tese e alcançava a livre-docência em Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal.

Sua excelente formação básica permitiu-lhe outra proeza, a conquista da Cátedra de Geometria Analítica do Instituto de Educação também de renomado prestígio, na época.

Em 1916, um ano após sua formatura, foi nomeado professor substituto interino da 9ª seção da Politécnica que englobava as cadeiras de Hidráulica Teórica, Abastecimento de Água, Esgotos Sanitários e Hidráulica Agrícola; Estradas de Ferro e de Rodagem; e Hidráulica Fluvial, Navegação Interior, Canais, Portos de Mar e Faróis. Já no ano seguinte, 1917, prestou concurso abrangendo cada uma das cadeiras da 9ª seção, e alcançou o primeiro lugar e a posterior nomeação como professor substituto efetivo. Em 1919, com o falecimento do Prof. Raja Gabaglia, foi nomeado Professor Catedrático da terceira daquelas cadeiras, que veio mais tarde a se denominar de Portos, Rio e Canais.

Em nossa Escola de Engenharia o Prof. Joppert exerceu ininterruptamente esta Cátedra até a idade de sua aposentadoria compulsória, em 1960. Em 1961, a Universidade do Brasil lhe concedeu a láurea máxima de Professor Emérito.

Ao longo do tempo suas aulas foram se ampliando e transbordando as fronteiras do conhecimento científico-tecnológico da especialidade para invadir as humanidades e extravasar sua extraordinária cultura geral. Citava, de memória, longos trechos dos clássicos portugueses, brasileiros, franceses e alemães, eventos da história universal e nacional, dados e conceitos evolutivos da geografia física e hidráulica, do Brasil e de outros países.

Teve influência marcante nos rumos da tradicional Politécnica, como, aliás, no ensino geral da engenharia no país. Ao final da 2ª Guerra Mundial, participou da comissão incumbida de estudar a reformulação do ensino superior brasileiro.

Passou, então, 4 meses percorrendo as principais Universidades e Institutos de Tecnologia dos Estados Unidos, adicionando à vivência que possuía a experiência americana, experiência esta que permitiu àquele país enfrentar o gigantesco esforço científico-tecnológico imposto pela guerra e vencer o totalitarismo nipo-nazi-facista.

Não tardou a se fazer sentir o efeito do trabalho do Prof. Joppert e de alguns brasileiros notáveis. A partir de 1951, a Escola Nacional de Engenharia reformulou seus cursos, implementando-lhes um cunho mais atualizado e moderno.

As disciplinas foram reordenadas, e os cursos passaram a se realizar em três etapas: dois anos iniciais de matérias básicas; dois anos seguintes de matérias profissionalizantes; e um ano final de aperfeiçoamento profissional. Grande parte das Escolas de Engenharia do país seguiu esta nova orientação, e mesmo após 1965, com a extinção das Cátedras

vitalícias, a criação dos Departamentos e a adoção do sistema de créditos, ainda é sensível a adequação do sistema adotado há 40 anos sob a liderança de nossa tradicional Escola.

No Congresso, eleito Deputado Federal, o Prof. Joppert obteve as dotações necessárias para a reforma do velho Casarão do Largo de S. Francisco e reequipamento de seus laboratórios e salas de aula, permitindo manter o padrão de ensino da instituição até sua transferência para a Cidade Universitária nos primórdios da década dos 60. Também foi com sua colaboração que a Escola passou a contar com estreito apoio de agências como a Capes (a um tempo conduzida pelo grande educador Anísio Teixeira) e o CNPq (orientado pelo idealismo do cientista Alte. Álvaro Alberto), aperfeiçoando seus docentes e estimulando vocações científicas e de pesquisa tecnológica.

Embora centrasse sua vida na docência universitária, por longos anos o Prof. Joppert conjugou esta atuação à prática profissional como engenheiro civil, o que é pouco conhecido por muitos colegas uma vez que esta atuação ele a desenvolveu nas décadas de 20 a 40. Joppert reuniu, efetivamente, a prática, profissional ao exercício da docência, o que se vai, lamentavelmente, tornando pouco comum nos dias atuais. De início, atuou na Comissão de Estudos do Abastecimento de Água, sob a direção do Prof. Tobias Moscoso. A seguir, e durante seis anos, participou das construções do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, chefiando a seção de obras hidráulicas. Nesta ocasião, participou da maior obra hidráulica do país no primeiro quartel do século, a construção do dique Rio de Janeiro, chegando a ter 1000 operários sob sua condução e dirigindo escavações, fundações pneumáticas, consolidação de ombreiras por injeção de cimento, aterros, desmontes, dragagens, enrocamentos, etc., obras estas consideradas de grande complexibilidade para a época.

Mais tarde, assumiu a direção das obras de dragagem e retificação de rios na baixada fluminense para combater a suas frequentes inundações, permitindo a colonização e o aproveitamento agrícola da região. Participou, ainda, como engenheiro, da antiga Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, na análise e solução dos principais estudos fluviais e portuários do país. Anos mais tarde, chefiou a construção dos aeroportos de Santos Dumont e de Santa Cruz, antes da criação do Ministério da Aeronáutica e enquanto ao encargo do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Mas foi como Ministro da Viação e Obras Públicas, no curto período de 3 meses de governo provisório do Presidente José Linhares, que o Prof. Maurício Joppert da Silva demonstrou sua extraordinária experiência, competência profissional e capacidade realizadora. Transformou em Departamentos as antigas Inspeções Federais de Iluminação e de Obras Contra as Secas.

Modernizou, dando-lhe autonomia técnica e administrativa, o Departamento de Correios e Telégrafos, e sancionou novo Plano Telegráfico Nacional. Aprovou o plano de restauração das estradas de ferro, preparado pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro. No campo portuário, criou receita especial de melhoria e ampliação dos portos, assim como aprovou o projeto e a construção do Laboratório de Hidráulica Experimental do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. No campo rodoviário, foi revolucionário seu Decreto-lei 8.413, conhecido como "lei Joppert", criando o Fundo Rodoviário Nacional e dando autonomia ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

A curta permanência do Prof. Maurício Joppert da Silva frente àquele Ministério não garantiu a execução de alguns de seus projetos e determinações, mas ficou fortemente marcada pela amplitude e profundidade das medidas preconizadas. E bastaria para consagrar sua gestão o impressionante desenvolvimento do sistema de transportes rodoviário provocado pela "lei Joppert" que, até hoje, repercute seus efeitos no panorama da economia nacional.

Não nos deteremos, face à restrição natural de espaço deste nosso Boletim A³P, em várias faixas do amplo espectro de suas atividades:

- participação na regulamentação profissional, alcançada em 1933, resultando na instalação do sistema CONFEA-CREAs. Foi um dos fundadores do então CREA - 5ª Região (atual CREA-RJ), no qual teve assento, por 9 anos, acrescidos ainda de 6 anos no Conselho Federal-CONFEA.

- colaboração jornalística semanal, por vários anos, com "O Globo", e o "Jornal do Brasil", diários dos mais expressivos do Rio de Janeiro.

- atuação política, exercendo dois mandatos de Deputado Federal.

- participação na Academia Brasileira de Ciências.
- colaboração com a Universidade do Brasil em seus Conselhos Universitário e de Curadores, e na Comissão Supervisora da Construção da Cidade Universitária.

- representação da Engenharia brasileira como Vice-Presidente e Presidente do Clube de Engenharia por 18 anos, participando da construção do seu imponente edifício sede.

Mas deixamos, para a conclusão, o importante e particular significado que tem para nossa Associação a figura tutelar do Prof. Joppert: foi o Prof. Joppert fundador e primeiro Presidente da A³P

Embora criada em 1932, somente em 1945 e sob a liderança do Prof. Joppert, é que a Associação teve seu estatuto reconhecido pela Universidade. Dinamizada a partir de 1956, as diversas administrações da A³P sempre contaram com o Prof. Joppert como um valioso aliado com suas lutas e campanhas. Graças a seu apoio, há mais de 30 anos atrás, obteve a A³P sua primeira sede, no 20º andar do edifício do Clube de Engenharia. O apoio do Prof. Joppert à A³P foi marcante e de uma fidelidade impecável. Manteve-se ainda com denodo frente à campanha que encetamos em defesa da manutenção do velho casarão do Largo de S. Francisco ligado à engenharia brasileira, e de ali criar a Fundação Politécnica e um grande centro de cultura e difusão tecnológicas.

Se a referida meta ainda não foi alcançada é, certamente, graças a esta luta empreendida em prol do prédio-berço da Engenharia brasileira, que o edifício do Largo de S. Francisco se mantém íntegro e, nele, a Sede Social da A³P.

A sólida formação humanista, a exuberante cultura, a inteligência fulgurante e a invejável memória do Prof. Maurício Joppert da Silva tornaram-se legendários e um patrimônio que excedeu a ele próprio para pertencer a toda a comunidade de engenheiros. Sob o manto da ironia, da mordacidade, da crítica contundente, ele escondia um coração bondoso e de enorme compreensão. Se espiçava os pretensiosos, os incompetentes, os desonestos e desleais, acolhia com carinho os amigos em quem confiava, orientando-os e apoiando-os.

Ao comemorarmos o centenário de nascimento de Maurício Joppert da Silva, acham-se presentes o conselho sábio, a orientação segura, o exemplo de dignidade, honradez e grandeza humanas.

Está indelével em nossa memória sua figura e presença, legando às novas gerações sua crença nos moços e profunda confiança no porvir deste grande país.

Concluindo esta saudosa homenagem ao grande mestre e figura humana que foi o Prof. Maurício Joppert da Silva, relembro a insistência com que nos apontava, em seus derradeiros anos de vida, o caminho de salvação para enfrentar e vencer os magnos problemas de nossa terra e nossa gente: o caminho do trabalho. Caminho que ele próprio trilhou em sua profícua existência, tornando-se o exemplo de sua própria lição.

Seja esta sua última aula de sapiência, magnífico legado de grande Mestre, ao indicar-nos o rumo seguro da vitória e do sucesso, a trilha certa para soluções que nos levem a cruzar os ambicionados umbrais do Primeiro-Mundo - o trabalho. Trabalho persistente, dedicado, intenso, honesto e competente, lastreado na educação, na ciência e na tecnologia, tal como o que marcou a vida de nosso homenageado.

O PACTO NACIONAL QUE DEU CERTO

Oscar Boëchat Filho
Engenheiro -consultor
Professor Universitário e
Diretor da Associação Comercial
do Rio de Janeiro

Há sete séculos passados, no distante ano de 1291, quando agosto chegava, três comunidades da Suíça central - Uri, Schwyz e Unterwald - selavam a Aliança e firmavam o compromisso, prosaico em sua forma, solene em sua determinação, de "velar pela tranquilidade e o bem-comum de seus habitantes".

O Protocolo de Entendimento preliminar, desprovido de sofisticados recursos jurídicos e isento de cuidados especiais, constituiu-se, em sua concepção mais simples, em algo como a minuta de uma Associação de Moradores ou o texto incipiente de uma Convenção de Condomínio. Projetivamente, porém, resultou no Documento primeiro que instruiu e fundamentou a estrutura de um Estado democrático, a Confederação Helvética, inspirado no postulado da liberdade, em época quando as dinastias se expandiam e buscavam cristalizar-se.

Com o correr do tempo, fortalecia-se a Eterna Aliança com o ingresso na Confederação, entre os séculos XIV e XIX, de 20 outros cantões. Com a bipartição da Basileia, de Appenzel e Unterwald e, mais recentemente, com o equacionamento da "questão jurássiana", a Confederação se consolidou, solidariamente, em 26 cantões. A Suíça, não há dúvida, constitui exemplo de um Pacto Nacional que deu certo, não obstante a necessidade de recorrer a quatro idiomas e a alguns dialetos na busca do entendimento e selagem do compromisso.

Ao analisarmos os números frios que identificam o espaço territorial suíço, em seus aspectos físicos, geográficos e demográficos, nada poderia sugerir que o conjunto daqueles pequenos cantões corporificasse, na realidade, o Estado altamente industrializado e rico de nossos dias. A superfície da Suíça, de 41 mil 293 Km², 10% menor do que a do nosso Estado do Rio, apresenta um relevo tal que os seus 2/3 são tomados por montanhas, não dispõe de acesso direto ao mar

e sua economia é desprovida de matérias-primas. Apesar desses obstáculos, a Suíça se desenvolveu comparavelmente às grandes nações do mundo moderno, o desemprego é insignificante, a inflação freqüentemente fica abaixo de 4% ao ano e cada um dos 6 milhões 620 mil habitantes desfruta de uma renda anual de 25 mil 815 dólares.

Cumprir lembrar, como registro didático, que essas condições de prosperidade resultaram de políticas econômicas globais e setoriais amplamente debatidas com a sociedade e se apoiaram em pressupostos básicos que se traduziram em fatores importantes para manter o desenvolvimento social e sustentar a vitalidade da Economia, dentre eles: a estabilidade das instituições políticas; liberdade na atividade econômica; participação da pequena e média empresa em mais de 90% da Economia; eficiente sistema educacional e que inclui a formação profissional na empresa; ênfase à pesquisa e ao desenvolvimento. Convem salientar, ainda, a ativa participação do setor terciário, tendo como força motriz um sistema bancário moderno e dinâmico.

A indisponibilidade de recursos naturais fez da Suíça, então, um grande mercado importador de matérias primas, de produtos acabados e semi-elaborados, que, transformados segundo moderno processo industrial, são exportados para o mundo inteiro. Em razão dessa circunstância, a Economia do país resulta muito interdependente no plano internacional e voltado, assim, para as relações multilaterais. Com efeito, algo como 100 bilhões de dólares - mais de metade do seu produto nacional - provem direta ou indiretamente do exterior. No que se refere aos investimentos suíços no mundo, o Brasil ocupa a nona posição, representada por aplicações da ordem de 3 milhões de dólares distribuídos em 250 estabelecimentos fabris.

As relações econômicas brasileiro-suíças, no que tange à balança comercial, têm indicado déficit persistente nos últimos 20 anos. O fulcro do desequilíbrio situa-se no peso específico, em valor, dos produtos que integram a pauta bilateral, vale dizer, trata-se de questão estrutural diferen-

ciada das duas Economias. Com efeito, no braço da balança suíça predominam, com peso de 83,8%, produtos químicos e maquinaria; no lado brasileiro prevalecem, com peso de 54,0%, os produtos agrícolas. Esta participação, há 20 anos, era ainda maior, chegando a 76,0%. O volume cedido pelos bens primários foi ocupado pelas rubricas químicos, metais e seus derivados, que variaram da cota percentual nula, em 1970, para 12,0% cada uma, em 1989. A agregação à nossa pauta de exportação de produtos com elevados pesos específicos monetários demanda vigoroso programa de investimento externo na Economia.

Uma das expectativas promissoras, nesse sentido, verificou-se em julho de 1990, quando da visita do chefe da Delegação Econômica da Suíça, Jean-Pascal Delamuraz, ao presidente Fernando Collor, ocasião em que foi reafirmada a confiança no Brasil e declarado o propósito de se dobrarem os investimentos suíços até o ano 2000, o que representará o ingresso de montante aproximado de 3,0 bilhões de dólares.

A abertura da Economia propiciada pelo Governo brasileiro, a perspectiva de consolidação da Comunidade Econômica em 1993, quando a Suíça, como sua integrante ou não, desempenhará papel de relevância, são fatores positivos para o nosso desenvolvimento. Resulta oportuno aduzir, ainda, que os fatos marcantes deste final de século - a despolarização do Leste Europeu, as radicais alterações estruturais da União Soviética, a expansão dos Tigres Asiáticos - transformaram por completo o mapa geopolítico mundial. Nesse contexto de profundas mudanças, a busca obstinada por investimentos externos e por um comércio internacional fundamentado em padrões de eficiência e moderna legislação, constitui objetivo cuja consecução vai definir a sobrevivência das nações. Por todas as razões, este jato da história é imperdível. Inclusive porque estará a bordo, com a agenda de negociações aberta, essa extraordinária Suíça, que se renova e moderniza há 700 anos.

IMPASSES GEOPOLÍTICOS

Sidney M.G. Santos
Prof. Emérito da EE-UFRJ

Quando Everardo Backheuser escreveu sobre "Leis Geopolíticas de Evolução dos Estados", fez pequena introdução dividindo o tema do "crescimento dos estados" em duas direções: dilatação e variação do espaço. Nós vimos vivendo desde o tempo do império no quadro de uma valorização, realizando progressivamente a expansão do ecúmeno. Uma fase desse processo de alta significação histórica pode identificar-se na construção da Estrada de Ferro Noroeste, buscando incorporar Mato-Grosso que só era acessível por navegação fluvial passando em águas de três países vizinhos. Constituiu-se assim uma subordinação insustentável, que a Guerra do Paraguai marcou de modo indelével.

O país tinha consciência dessa fraqueza, mas passaram-se 50 anos para que fosse atendido tão relevante tema: transporte direto para aquele estado, com solução para problema tão crucial.

Mas é curioso estudarmos agora a conjugação dos aspectos políticos com a fisiografia regional, dele deduzindo conclusões oportunas.

Começemos por breve resenha histórica:
- na convenção de 29.8.1828, assinada pelo Brasil e Argentina reconhecendo o Uruguai como

nação independente, ficou assinalada a livre navegação do Rio da Prata e todos os seus afluentes;

- no império a abertura do "caminho fluvial para Mato-Grosso" (1) era preocupação constante, sobretudo no Ministério da Marinha e no Conselho de Estado;

- a livre navegação era vital para o Paraguai. Rosas jogou com essa contingência tentando obstar a independência desse país, bem como dificultar os interesses do Império, negando-se a assinar um tratado definitivo com o Brasil, que definisse entre outros pontos, "o direito de navegação dos rios interiores pelas nações ribeirinhas".

- em 7 de outubro de 1844, Pimenta Bueno assina um tratado em Assunção, que nos assegura livre navegação nos rios Paraguai e Paraná, nos domínios desse país.

- Evidentemente o problema viatório brasileiro não ficava resolvido: continuávamos dependentes de passagem em águas estranhas para atingir o coração do nosso território.

Essa preocupação continuou com a República, sempre rememorando do que ocorrera na

Guerra do Paraguai, com a invasão de Mato-Grosso. A duração de cinco anos de campanha resultou da ausência de comunicações com o nosso sertão distante.

Enumeremos os diversos encaminhamentos desde o império (2):

- Planos de atingir o sul de Mato-Grosso pelo Paraná, sugeridos pelos irmãos Rebouças, com apoio do Barão de Mauá;

- estudo oficial, pelo engenheiro Pimenta Bueno, da ligação de Rio Claro a Santana do Parnaíba em S. Paulo;

- concessão ao Banco Construtor nos primeiros anos da República, para construir ferrovia de Uberaba a Coxim (possível sugestão do trajeto de nossas tropas na Guerra do Paraguai, descrito por Taunay em "Retirada da Laguna");

- no governo Rodrigues Alves, com o Barão do Rio Branco ministro do Exterior, e Lauro Müller ministro da Viação, decide-se a construção de uma estrada para Mato-Grosso.

O traçado Uberaba-Coxim é rejeitado, porque o que se buscava era um fim estratégico, condição que esse projeto não atendia. Dominou a idéia de ligar Mato-Grosso ao porto de Santos, usando a

EXPEDIENTE

O Boletim da A³P e uma publicação da Associação dos Antigos Alunos da Politécnica e está aberto à participação dos associados.

Editor: Sérgio H. Sá Leitão Filho

Diagramação e Impressão na J. Di Giorgio Editores

Correspondência e Publicidade: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, Largo de São Francisco s/nº, Centro, Rio de Janeiro, RJ - Tel.: 221-2936.

As opiniões em artigos assinados, são de responsabilidade de seus autores.

(1) V. Renato de Mendonça, "Fronteira em Marcha", pag. 99, ed. da Biblioteca do Exército, RJ, 1956.
(2) V. Antonio Nogueira Penido - O arredondamento da E.F. Noroeste do Brasil, na revista "Viação", abril de 1933

rêde paulista existente, com início em S. Paulo dos Agudos, e destinação ao Salto de Urubupungá, onde seguiria a um ponto do Rio Paraguai a ser definido. Rejeitou-se também uma solução intermediária de Baurú diretamente a Cuiabá, de sentido político-administrativo, prevalecendo a concepção estratégica, por memória da guerra de 1864, na época ainda muito lembrada. O impasse foi resolvido graças à atuação do engenheiro Emílio Schnoor que estudou nove traçados diretos ao Rio Paraguai, sugerindo como mais conveniente o que passasse por Itapura, Miranda e buscasse o forte de Coimbra.

O fato geopolítico ficou assim bem definido: uma decisão de governo decorrente de condições geográficas, como definia Backheuser. Mas os estudos talvez não tivessem a abrangência que hoje se requereria. Na verdade o atingimento do Rio Paraguai era como que uma obsessão militar, pois que se mantinha inatingida diretamente a

capital do estado-Cuiabá, à qual se continuaria a chegar completando viagem com navegação fluvial, no trecho menos favorável do rio. As distâncias Baurú-Cuiabá e Baurú-Corumbá pouco diferem; mas o trajeto realizado passou em parte considerável do Pantanal, em condições locais extremamente penosas. Porém o que dominou foi mesmo o aspecto estratégico, considerado então essencial.

A construção partiu de ambos os extremos. Em ambas houve percalços desanimadores. Do lado paulista havia moléstias, inclusive a leishmaniose (úlceras de Baurú), e índios agressivos. Na ponta matogrossense, além de moléstias a execução enfrentou terrenos baixos e alagados, que determinaram providências suígeneris: rebaixamento de grade, por não haver colinas onde obter empréstimos, excavação de valas laterais para compôr o aterro; uso de barcos arrastados por bois, ao invés de vagonetas e carroças. Em ambos os

extremos a mortalidade foi considerável.

Relembro esses fatos para enfatizar a valia de análises geopolíticas no sentido autêntico: o da maior abrangência nos fatores incidentes possíveis.

Presentemente temos em andamento uma realização importante: a construção da ferrovia no centro de nosso território. Estrada Tronco, não é de crer possam surgir impasses referentemente a traçados possíveis: todos os projetos de Viação no Brasil sempre consideraram a ligação norte-sul como essencial. Mas o acodamento com que se iniciaram as obras, o desconhecimento de estudos detalhados, a ausência de implicações locais ao longo de sua extensa linha, inspiram preocupação. Verifica-se que os exemplos do passado são facilmente esquecidos. E conclui-se como evidentemente a conveniência de bem lembrá-los e melhor analisá-los.

A ULTIMA LIÇÃO DO MESTRE (*)

Afonso de Escobar Bevilaqua
Engenheiro Civil

"A lição de Benjamin Constant ao Brasil foi esta simples, bela, confortadora: sem sair da doutrinação, apenas com os meios suasórios da educação, podem-se mudar as instituições..."
(Afrânio Peixoto)

Há um século faleceu Benjamin Constant. O desculto pela história o injustiça com uma lembrança, que o sopro do tempo já faz bruxulear. Resgatar-lhe a memória é mais que devoção à verdade: é dever cívico. Reaprender-lhe a mensagem é da maior importância e oportunidade. Agora, o povo pelos seus constituintes se deu o prazo até 7/09/1993, para conhecer e escolher a organização nacional, em que deseja viver. Monarquia ou República, como forma de governo, e, como sistema: o presidencial, ou o parlamentarista. A prudência da revisão em nossa estrutura política atual aconselha saber as circunstâncias, em que ela foi implantada. Reavivemos e penetremos, pois, a essência democrática e pacífica da lição do Fundador da República ao construí-la, base indispensável à compreensão e julgamento do povo.

O TOQUE DE SILÊNCIO

Em 22/01/1891 desapareceu o professor e líder republicano. Ao lado da sepultura aberta, foi lida a elegia escrita pelo Diretor da Sociedade Positivista, Raimundo Teixeira Mendes. Correligionário talentoso, culto e íntegro não lhe foi difícil exaltar em necrológico o valor moral, cívico e intelectual do patriota extinto.

Consciência escrupulosa, o jovem orador procurou ser justo. Lançou ao conceito do morto a brancura de todas as flores merecidas. Entre elas, porém, uma ressalva:

"Se muitos dos seus atos como ministro constituem infrações das mais terminantes decisões de Augusto Comte, o sacerdócio porvir avaliará as circunstâncias atenuantes desses desvios..."

Comte preceituou como sistema de governo a ditadura republicana: governo cesarista inspirado na República de Platão e nas repúblicas não democráticas do general Simón Bolívar. Isto é, um presidente capaz de escolher o sucessor e um senado vitalício, que elegeisse só o primeiro presidente do governo.

Confessando a religião da Humanidade no que ela tem de elevado e digno, Benjamin nunca foi um purista da filosofia positiva, como pregada por Teixeira Mendes. Por carta respeitosa, de 26 de janeiro de 1882, Benjamin tinha se desligado da Sociedade Positivista, exatamente porque acusava com lealdade a própria divergência.

A República foi feita democrática porque o tenente-coronel Benjamin Constant interpretou corretamente o que os seus compatriotas quiseram, e o aprovou conscienciosamente.

Em várias decisões pós-revolucionárias de suma importância para a paz nacional, Benjamin escutou Teixeira Mendes e pôde convir com ele. Um ponto, no entanto, era cristalizado no coração republicano daquele militar: o governo definitivo do Brasil deveria ser democrático e não ditatorial. Preferiu transgredir a política positivista a ir contra a própria consciência.

O TESTEMUNHO DE UM CIVILISTA

Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, principal redator da Constituição de 1891, deu um depoimento no seu relatório referente a 1890, datado de dias antes do falecimento do companheiro de Governo. "...o ministro, cuja posição no movimento revolucionário, de que ele fora a alma, assegurava-lhe, entre os seus colegas, uma ascendência, a que não podiam deixar de inclinar-se as opiniões divergentes, alma dotada da mais robusta vocação do bem e de uma preocupação religiosa pela melhoria da espécie e grandeza da pátria, Benjamin Constant Botelho de Magalhães possuía o mais puro dos corações, e mais santa das almas, a mais benigna das consciências, o mais incorruptível dos caracteres." Ora, tivesse havido alguma dúvida sobre o Título I da Constituição, em que a República foi definida presidencialista democrática e federativa, Benjamin a teria vetado. Jamais o fez. Embora reconhecesse os perigos de uma democracia liberal. A intensidade dos interesses em jogo, a enorme dívida externa, o abalo econômico-financeiro da Abolição e da Revolução de novembro não foram achados suficientes para se criar uma ditadura. Muito menos as necessidades políticas do novo Governo de se firmar, justificaram a comodidade ditatorial. Não faltaram poderes para tanto, ao primeiro Ministro da Guerra e "alma do movimento". Vitoriosa a Revolução, uma única palavra dele e teríamos tido a ditadura desejada pela corrente da maior parte das forças armadas, dos federalistas, mais os escravocratas da ex-aristocracia, aliados aos positivistas. Seria o recurso contra o esfalecimento da pátria. Pois era temida a tragédia secessionista dos E.E.U.U., então recente, e a previsão de Comte sobre a divisão nacional dos países extensos.

MENSAGENS À POSTERIDADE

"É difícil o estudo da formação das instituições no Brasil: o Estado tende a ser autoritário porque a sociedade que o baseia também o é." (Vamireh Chacon, "Vida e Morte das Constituições Brasileiras", 1987). Benjamin Constant intuiu esse pensamento, e acreditava que o cerne do problema do convívio democrático estava na educação, no exemplo, na conscientização da liberdade e da dignidade de cada um de nós. Foi agindo assim, que apaziguou e guiou seus camaradas de farda no auge da questão militar.

Em 2/2/1887, no Teatro Recreio Dramático, cerca de duzentos oficiais se reuniram no Rio de Janeiro, para resolver o assunto do cancelamento de notas de repreensão. A questão não era simplesmente disciplinar, mas do direito de defesa e até de expressão pela imprensa, quando tratasse de temas como o da escravatura, por exemplo. O Marechal Deodoro presidiu e o Ten. Cel. Senna Madureira secretariou a Assembléia. O próprio Deodoro explicou o objetivo da reunião. A classe vinha de apoteóticas manifestações aos seus líderes. Grandes jornalistas excitavam o caso politicamente. O telégrafo tinha sido trancado ao uso entre dois generais: o herói mais condecorado da companhia do Paraguai (Deodoro) e o vencedor da última batalha da Guerra, o general Câmara, então senador do Império! O major Benjamin Constant estava entre os jovens e os veteranos da Guerra. Sentiu o tipo de tentação que pairava no ar. Benjamin levantou-se para encaminhar a moção a votar. O risco verdadeiro não estava em se perder a questão, porém em se vencer fora da dignidade e do

respeito à lei. Como sempre, não desperdiçou a oportunidade de elevar, de educar, e de situar os objetivos em relação à Pátria. Os meios pacíficos, democráticos e patrióticos são condições fundamentais para se chegar aos objetivos. Lembrou os limites para agir de qualquer corporação. Deixou uma das maiores mensagens para o seu tempo e para a posteridade: "...se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o domínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências".

A exploração exclusiva do aspecto superficial de um movimento político, como o republicano, só comparável em idealismo ao da Abolição, jamais permitirá a união poderosa do povo. União básica, para alcançar os objetivos que justificam qualquer forma e sistema democrático de viver. De outro modo, é repetir as nossas contradições do Império, os gravíssimos erros da República velha e das ditaduras civis e militares. A exaltação de uma classe como protetora nacional, traz no bojo a mesma segregação progressiva, impiedosa, argenteia e indigna de um parlamento, por exemplo, que use o mesmo pretexto para ser governo.

Mas há uma confusão entre causa e efeito, sobre o que leva uma nação aos descaminhos democráticos. Não são os regimes autoritários que impõem um falso patriotismo e a ditadura. O enfraquecimento do culto pelo patrimônio moral que herdamos, o desconhecimento da nossa história, a falta de educação nos valores democráticos é que nos conduzem aos despotismos.

Ao ser promulgada a primeira Constituição republicana, em 24/2/1891, o Congresso Nacional Constituinte aprovou, por unanimidade, moção em que se dá a Benjamin Constant Botelho de Magalhães o título de FUNDADOR DA REPÚBLICA BRASILEIRA. O último parágrafo reza:

"O povo Brasileiro pelos seus representantes no Congresso Nacional Constituinte, se desvanecer de lhe ser facultada a glória de apresentar este belo modelo de virtudes aos seus futuros presidentes."

Eram congressistas, entre notáveis homens públicos, os cinco primeiros presidentes civis do Brasil: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Penna (constituinte estadual em M. Gerais) e Nilo Peçanha.

O monumento mandado erigir pelo Congresso Constituinte a Benjamin Constant só foi levantado depois de 1923, o que levou Licínio Cardoso a dizer: "esse desrespeito covarde pelo passado só se explica por aquele culto inopinado da vaidade no presente". O monumento ao Fundador da República foi retirado do local prescrito pela Constituição de 91, a mando de um militar, prefeito do Rio de Janeiro. Os poderes públicos silenciaram aquele evidente parricídio intelectual. Pouco mais tarde, na revolução de 1964 haveriam de ser golpeadas as instituições, o Congresso fechado e esquecidas as palavras de Benjamin Constant no auge da questão militar.

Um dia, homens e mulheres perceberão, como escreveu Muniz Sodré, que "o nome de Benjamin Constant é, no Brasil, destes que se confundem com o nome da Pátria". Nesse dia, terá sido apreendida a lição de Benjamin Constant: "...apenas com os meios suasórios da educação, podem-se mudar as instituições..."

(*) Palestra apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano do centenário da morte de Benjamin Constant.

O FUTURO DA A³P: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No dia 28 de agosto de 1991, reuniram-se na sede do IBAM, em Botafogo, quatorze dirigentes da A³P, sob a orientação de especialistas, para aplicar uma metodologia de planejamento à A³P visando à comemoração do bi-centenário do Ensino da Engenharia no Brasil em 1992. O resultado do encontro foi auspicioso, entusiasmou os participantes, definiu as metas da atual Diretoria e, por isso, podemos dizer que a A³P está assumindo o papel de liderança que lhe cabe no evento como representante legítima da Escola Mater do Ensino da Engenharia no Brasil.

PARTICIPANTES:

Danton Voltaire Pereira de Souza; Darcy Aleixo Derenusson; Fernando E. Barata; Flávio Amarante; Gerhard Vasco Weiss; Heloisa Fraenkel; Icléa Pereira de Barcellos; Laura Corrêa de Sá Freire; Leo Fabiano Baur Reis; Marçilio Nolding da Motta; Octavio Cantanhede; Paulo Pardal; Paulo William Maciel; Sergio Henrique Sa Leitão

Equipe de Apoio: Maria Sylvia Romero Derenusson; Túlio Arvelo Durán

PEQUENAS E MÉDIAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS

Realizou-se de 28 a 30 de agosto corrente, sob o patrocínio da A3P e da EXEMPLO - Treinamento e Desenvolvimento um Seminário Especial sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas. O evento teve lugar nas dependências do Hotel Novo Mundo, na Praia do Flamengo, nesta cidade. Diversas empresas do Setor energético, como, DNAEE, ELETROBRAS, BNDES, FINEP e DME. Poços de Caldas apoiaram o acontecimento, que teve como coordenador o prof. Cesar Augusto Lourenço Filho, que é professor-adjunto do Depto, de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia da UFRJ e

membro da A3P. Doze especialistas foram convidados para proferir palestras, que foram assistidas por vinte e nove participantes das mais variadas regiões do País. Ao final foi feita uma avaliação do Seminário, pelos participantes, tendo sido o mesmo considerado de ótimo nível e correspondendo completamente às expectativas mais exigentes. A Exemplo - Treinamento e Desenvolvimento é dirigida pela Eng^a Andreia Sarmiento, especialista em Mecânica dos Fluidos, e que vem se dedicando à divulgação e realização de eventos técnicos em diferentes áreas do conhecimento.

O Prof. Dirceu Machado, diretor de cursos da A3P, participou como palestrante de Hidrologia, que é um dos assuntos de sua especialidade e considerou que "eventos dessa natureza são importantes, no âmbito das atribuições da A3P, servindo para divulgar ainda mais o nome de nossa instituição na comunidade técnica do País".

ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE

A A3P em convênio com a EXEMPLO - Treinamento e Desenvolvimento, está planejando um Seminário especial sobre Engenharia do Meio Ambiente - Degradação, Poluição - Aspectos Técnicos e legais - RIMA. Assim que estiverem concluídos os entendimentos com os especialistas da área, que se encarregarão de ministrar o Seminário, daremos maiores detalhes aqueles que se interessarem e nos fornecerem nome e telefone para contato, através do telefone da A3P - (021) 2-21-2936, com o Sr. Waldir.

SEMINÁRIO ESPECIAL "RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE ESTRUTURAS EM CONCRETO"

1 - Programação Detalhada:

- Filosofia do Evento
- Patologia do Concreto
- Corrosão do Aço no Concreto
- Tecnologia de Concreto Aplicado em RR (recuperação e reforço)
- Código de Defesa do Consumidor / Qualidade e Desperdício
- Ensaios Tecnológicos, Vistoria e Inspeção
- Reforços Estruturais: Estado da Arte e Critérios de Dimensionamento
- Aplicação da Protensão em RR
- Aplicação de Concreto Jateado em RR
- Processo de Escolha do Tipo de Recuperação
- Preparo do Substrato e Técnica de Reparo
- Proteção e Manutenção das Estruturas em Concreto
- Normalização Nacional Ligada à RR
- Desenvolvimento e Avaliação de Materiais Aplicados à RR
- Tipos de Materiais Aplicados na RR
- Apresentação e Análise de Casos

- Painel de Debates

2 - Data:

Horário:
Local:

Eng. Bruno Contarini
Prof. Walmor Prudêncio
Eng. Luiz R. Miranda
Eng. Epaminondas do Amaral
Eng. Falcão Bauer
Eng. Falcão Bauer
Eng. Antonio Carmona Filho
Eng. João Ricardo
Eng. Claudio do Amaral
Eng^a Regina F. de Sousa
Eng. Paulo Sérgio
Eng. Paulo Sérgio
Eng. Fernando J. Mentoni
Eng. Fernando Guimarães
FOSECO / SIKA / OTTO BAUMGART
Eng. Antonio D' Elia
Eng. José Luis Cardoso e
Eng. Bruno Contarini
Equipe Técnica

1, 2 e 3 de Outubro de 1991
de 09:00 às 18:00 hs
Clube de Engenharia / RJ

3 - Taxa de Inscrição:

(Incluídos Certificado, Material de Apoio e Material Didático)

Até 20:09 - Cr\$ 150.000,00
Após 20:09 - Cr\$ 180.000,00

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

EXEMPLO - Treinamento e Desenvolvimento
TEL: (021) 263-9846 ou 253-9261
FAX: (021) 253-3111
TELEX: (21) 40897
ENDEREÇO: Av. Rio Branco 45 Gr. 1408 RIO - RJ - 20090

E...A TRIPULAÇÃO ?

Planejando o futuro da A³P, pensando nas comemorações do bi-centenário do Ensino da Engenharia no Brasil.

DIRETORIA

Darcy Aleixo Derenusson - Presidente; Gregório Vaisberg - 1º Vice-Presidente; Paulo José Pardal - 2º Vice-Presidente; Léo Fabiano Baur Reis - Diretor Administrativo; Diney Tosta de Oliveira - Vice-Diretor Administrativo; Sergio Henrique Sá Leitão - Diretor Secretário; Munir Assuf - Vice-Diretor Secretário; Gerhard Vasco Weiss - Diretor 1º Tesoureiro; Henri Uziel - Diretor 2º Tesoureiro; Heloisa Fraenkel - Diretora Técnico-Cultural; Danton Voltaire de Aouza - Vice-Diretor Técnico-Cultural; Dirceu Machado Olive - Diretor de Cursos; Laura Corrêa de Sá Freire - Diretora Social; Margarida Maria Mont'Alverne Martinez - Vice-Diretora Social.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS : Theophilo Benedicto Ottoni Netto, Adelino Simões de Faria e Alberto Caruso.

SUPLENTES: Alvaro Cesar Café, Antonio Montefusco de Assis e Stelio Emmanuel de Alencar Roxo.

CONSELHO DIRETOR

MEMBROS VITALÍCIOS - EX-PRESIDENTES: Leizer Lerner (Presidente de Honra) Durval Coutinho Lobo, Nestor de Oliveira Junior e Fernando Emmanuel Barata.

SÓCIO BENEMÉRITO: Hélio Nello de Almeida. SÓCIO HONORÁRIO: Mário Antônio Barata.

MEMBROS NATOS: William Paulo Maciel - Presidente; Marcílio Nolding da Motta - Vice-Presidente; Heitor Lisboa de Araujo Costa - Secretário; Afonso Henriques de Brito; Akiba Schechtman; Alberto Azevedo Ferrão; Alberto do Amaral Osorio; Alexandre Duarte Santos; Alcina Koenow Pinheiro; Antonio Manuel de Siqueira Cavalcanti; Cairo da Silva Leite; Carlos Cesar Machado; Carlos Saboia Monte; Clara Perelberg Steinberg; Eryx Albert Sholl; Flavio Miguez de Mello; Francis Bogossian; Homero Henrique Rosa Rangel; Jacob Steinberg; Jayme Bloch; Marconi Nudelman; Mariza Vianna Ballariny; Octavio Reis de Cantanhede Almeida; Olavo Cabral Ramos Filho; Samuel Szttyglic; Sophia Machado Portella e Sydney Martins Gomes dos Santos.

O BOLETIM A³P PRECISA DA COLABORAÇÃO DE SEUS LEITORES

Os leitores do Boletim A³P são convidados a colaborar enviando artigos, poesias, crônicas, contos e resenhas de livros para publicação.

Estão abertos, no Boletim A³P, os seguintes espaços, para que os leitores possam exercer seu poder de criatividade e imaginação:

TRIBUNA LIVRE

Artigos que expressam a opinião dos leitores sobre os mais palpitantes assuntos da atualidade, ou sobre o magistério ou, ainda, o exercício profissional da Engenharia.

PERFIL

Artigos que tratam de vultos da Engenharia brasileira ou de professores que se destacaram no exercício do magistério na Escola de Engenharia da UFRJ.

DEPOIMENTO

Artigos que contam episódios da vida de cada um, em caráter autobiográfico, relativos ao exercício profissional da Engenharia, do Magistério ou a defesa da coletividade.

ENGENHO & ARTE

Crônicas, contos ou poesias escritas pelos nossos leitores ou relatos de suas viagens ou experiências particulares.

DOCE DELEITE

Aqueles que, em suas atividades profissionais tiveram oportunidade de participar de acontecimentos interessantes e pitorescos têm agora a oportunidade de divulgá-los.

RESENHA LITERÁRIA

Comentários sobre os livros que agradaram nossos leitores.

As colaborações deverão ser enviadas para a redação aos cuidados do Conselho Editorial do Boletim A³P, que se reserva o direito de publicá-los ou não. A exigência feita é que se enquadrem num dos espaços citados anteriormente. Daremos preferência aos artigos que não excedam 200 (duzentas) linhas com 70 (setenta) caracteres. Os mais longos, também, são bem-vindos, no entanto, aguardarão um tempo maior para publicação, devido à limitação de espaço do boletim A³P.

FALECIMENTO DO PROF. ENGº IZIDRO PINTO DA ROCHA FILHO

O falecimento súbito e inesperado de nosso prezado colega, Engenheiro e Professor Izidro Pinto da Rocha Filho, no dia 31 de março p.p. — o enterro se dando no dia 1º de abril — surpreendeu e entristeceu a A³P, a Escola de Engenharia e a classe dos engenheiros (todos que o conheciam sendo seus amigos), de modo geral.

Izidro se formou Engenheiro Civil, na Escola Nacional de Engenharia, turma de 1955. Foi o 1º colocado no exame vestibular e, durante o curso, foi o melhor aluno de sua turma. Como engenheiro, teve trajetória importante. Trabalhava, de início, na ESTACAS FRANKI LTDA (área de fundação). Logo adiante, organizou um Escritório de Engenharia, dedicando-se ao Cálculo Estrutural, que dominava com maestria. Nesse escritório (Tecnconsult), permaneceu até o fim.

Foi engenheiro da Prefeitura do Rio, com atividade e dedicação elevadas, principalmente à época da SURSAN, quando realizou importantes trabalhos na área estrutural.

No campo do Ensino da Engenharia, foi Izidro professor da Escola Nacional de Engenharia (atual EEUFRJ), nas áreas de Hidráulica, Mecânica dos Flúidos e Mecânica dos Solos (Fundações). Lecionou essas matérias, também, na Faculdade de Engenharia da UERJ (antiga UEG), instituição em que chegou a ser Diretor na década dos 80. Foi Izidro P. da Rocha Filho um professor de grande categoria, entusiasta, dedicado, de alta competência e excelente didática. Era bastante querido por seus alunos.

Izidro morreu cedo, com 56 anos, e ainda tinha capacidade para muito realizar na profissão e no ensino. Deixou Diúva a Dna. Eliane Rocha, além de três filhos, todos eles engenheiros como o pai.

A Diretoria da A³P já manifestou sua tristeza e se fez representar nas exéquias do querido colega. Fica aqui registrada nossa homenagem póstuma.

Fernando Emmanuel Barata

FALECIMENTO DO ENGº OSWALDO OSIRIS STORINO

Cabe registrar o passamento de nosso querido associado, Engº Oswaldo Osiris Storino, ocorrido em 05 de maio p.p., no Rio de Janeiro, Dr. Storino formou na turma de 1921, na Velha Escola Politécnica do Largo de São Francisco. Era engenheiro civil, de uma turma que deu vários colegas importantes à Engenharia brasileira, como Adherbal Pougy, José Gayoso Neves, Mário Ludolf, Paulo Costa, Roberto Peixoto, e outros mais.

Nossos sentimentos à família Storino.

O "CROCODILO" ESTÁ DE LUTO

Faleceu João Pacheco Netto. A notícia nos atingiu como um raio. Era aquele antigo companheiro e amigo, da nossa turma de 1955, que nos deixava.

O Pacheco que participou da revitalização da A³P, iniciada em 1956 por Leizer Lerner, tantas vezes membro da Diretoria e dos Conselhos Diretor e Fiscal, um dos primeiros responsáveis pelo Boletim, que dirigiu por vários anos, o sempre alegre e brincalhão Pacheco partia para outras paragens, deixando-nos um vazio difícil de preencher.

Pacheco foi o criador do famoso "crocodilo" que frequentou durante muitos anos o nosso Boletim. Os diálogos que Pacheco travava com este personagem, era a maneira que Pacheco se servia para fazer as críticas mais severas porém justas, aos problemas que todos enfrentavam e hoje ainda enfrentam, numa linguagem divertida e agradável.

Gozador como era, até parece que Pacheco escolheu o dia da sua morte, 19 de Abril, para pregar alguma peça no Alêm, onde deve estar agora conquistando novos amigos, contando histórias e anedotas como só ele sabia fazer.

Léo Fabiano Baur Reis